

Incerteza retém aplicações no curto prazo

Nilton Horita

SÃO PAULO — Apesar dos sinais de maior liquidez na economia, os agentes econômicos entraram em compasso de espera, ancorando os recursos no curto prazo, para aguardar uma definição do cenário daqui para a frente. Bancos e empresas estão sem estratégia, planos ou orientação mercadológica, nesse momento, por falta de dados para orientar o raciocínio empresarial. Assim, o dinheiro fica no curto prazo, esperando definições. "Precisamos de um horizonte para orientar nossas decisões", afirma Leo Wallace Cochrane Junior, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). "Estamos quase que num córner", reforça José Baia Sobrinho, presidente do Banco Pontual.

"Não há muito o que fazer", testemunha Paulo Schibuolla, diretor financeiro do Banco Francês e Brasileiro (BFB). "Sou um operador por natureza e, num contexto como o atual, fico com dinheiro no curto prazo e o dedo no gatilho, para disparar na direção certa, no momento em que o quadro ficar mais claro." Esta situação de quase paralisação nos negócios tem característica especial. Em meses de aperto monetário mais forte, no segundo semestre do ano passado, as transações estancaram, por falta de dinheiro na economia. Desta vez, há liquidez suficiente para os agentes econômicos se movimentarem, mas isso não está ocorrendo. Os fatores que provocaram esta situação de paralisia geral nos negócios são a guerra do Golfo Pérsico e também o retorno de altas taxas de inflação.

Cenário — "A liquidez voltou, mas com essa incerteza toda, o pessoal prende o dinheiro no curto prazo. Para ver como é difícil estabelecer um cenário, hoje, basta lembrar que há uma semana imaginava-se que a guerra teria curta duração, agora a idéia já mudou", analisa Waldir Nakabayashi, gerente de Tesouraria do Lloyds Bank. Por causa desse ingresso de recursos no curto prazo, as taxas de juros do over passaram a semana passada toda em queda.

Ao lado dessas indefinições, existe outro problema, que começa a ser sentido pelos agentes econômicos. Outro dia, o economista Yuichi Tsukamoto, consultor de dezenas de empresas, verificou um fato curioso. Dois jornais noticiavam um levantamento do IBGE so-

bre a safra agrícola. Um deles dizia que a safra seria suficientemente boa para garantir o abastecimento interno. O outro afirmava exatamente o contrário: o Brasil teria de importar grãos.

"Se a gente não tem dados concretos de uma fonte insuspeita como o IBGE, o sentimento só pode ser o de estar em um quarto escuro", afirma Tsukamoto. "Não sabemos mais até que ponto estamos tendo, utilizando um jargão de administração empresarial, um sistema eficiente de informação gerencial no setor público". Os exemplos mais concretos dos efeitos deste córner dos agentes econômicos são o Bradesco, maior conglomerado financeiro privado nacional, e o Bamerindus.

Manutenção — As duas instituições já decidiram o planejamento para 1991. O Bradesco vai investir US\$ 170 milhões e o Bamerindus outros US\$ 30 milhões. Serão gastos, porém, de manutenção apenas. "Não podemos pensar em nada mais forte sem haver uma definição melhor dos rumos da economia", afirma Lázaro de Mello Brandão, presidente do Conselho de Administração do Bradesco. A mesma postura é assumida por Maurício Schullman, presidente do Conselho de Administração do Bamerindus: "Nossos gastos são no sentido de aumentar a eficiência operacional do grupo."

Se há um fator imponderável importante para decisões empresariais que estão fora do controle, caso da guerra do Golfo, existe também o problema da condução da economia pelo governo. Ibrahim Eris, presidente do Banco Central, afirmou recentemente que o governo pensa em fazer algumas mudanças no Plano Collor. "Todos no governo estamos sensibilizados com a inflação", disse ele.

Só que a equipe econômica alinhavou uma estratégia que visa, basicamente, tornar política a condução do Plano Collor, negociando alterações na Constituição que permitam a demissão de funcionários públicos, por exemplo. "O programa econômico do governo parece ter se tornado político. Desse jeito, talvez fosse melhor tirar os economistas do governo e colocar políticos no lugar", reclamou Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo e professor da Universidade de São Paulo.

Arquivo

Ariovaldo dos Santos — 14/01/80



Schibuolla (E) e Cochrane: dedo no gatilho